

## MEMORIAL INSTITUCIONAL: UM SISTEMA EM DEFINIÇÃO

**Tassila Oliveira Ramos<sup>1</sup>**  
tassilaramos@gmail.com  
**Zeny Duarte de Miranda<sup>2</sup>**  
zenydu@gmail.com

### Resumo

O presente estudo apresenta reflexões sobre a necessidade de existir critérios teóricos e metodológicos para a implementação de memorial a partir de instituição híbrida, ou seja, composta de documentação de arquivo, biblioteca e museu, sem, no entanto, ser compreendida em um mesmo plano de conhecimento e técnica. Conforme os autores Pierre Nora e Jacques Le Goff, as instituições voltadas para tratar questões relacionadas à memória, guarda e preservação de documentos e artefatos são denominadas de “lugares de memória” ou “instituições de memória”, os quais compreendem arquivos, bibliotecas, museus e outros lugares de registros documentais, considerando-se esses conceitos enquanto espaços onde a memória encontra abrigo. Durante a Antiguidade, o arquivo, a biblioteca e o museu podiam ser uma única instituição, a exemplo do *Mouseion* e da Biblioteca de Alexandria, nos quais, em um mesmo espaço, era possível a guarda de documentos, livros e obras de arte, em um contexto em que não havia divisão de áreas do conhecimento. Porém, na Idade Contemporânea, surge a demanda por mão de obra especializada e, assim, cada área passa a buscar espaço distinto e denominação correspondente à sua própria teoria e prática. Nesse contexto, com o avanço das áreas da ciência da informação e da tecnologia da informação e comunicação, as instituições passam a reunir documentação de variada natureza, gênero, formato, espécie e tipologia para compor acervos com maior abrangência. Daí emerge a necessidade de estudos aprofundados sobre a relação entre memória, documento e informação. No bojo dessas transformações, surge o centro de documentação, entre outras instituições, a exemplo do centro cultural, do centro de memória e do memorial, muitas vezes compreendidos sem distinção entre si. Tal fato leva a discussões complexas e bastante controversas, particularmente diante da amplitude conceitual do que se entende por memorial. Assim sendo, a presente pesquisa, através da revisão de literatura, propõe-se a analisar instituições que possuem, em sua composição, o formato de memorial. Este estudo considera a concepção e a implementação do memorial sob a perspectiva da teoria sistêmica segundo Niklas Luhmann e Armando Malheiro da Silva, uma vez que oferece a possibilidade de compreender o memorial como um sistema orgânico que inclui em seu ambiente o arquivo, a biblioteca e o museu como subsistemas integrados e compartilhados em uma mesma rede, sem nenhuma descaracterização referente a origem, organicidade, ordenação, unicidade e ordem original dos acervos. Por fim, a pesquisa analisa o pleno inter-relacionamento entre documentos de arquivo, biblioteca e museu em um memorial.

**Palavras-chave:** Memória. Memorial. Memória institucional. Teoria sistêmica.

<sup>1</sup>Universidade Federal da Bahia, Salvador/Bahia, Brasil.

<sup>2</sup>Universidade Federal da Bahia, Salvador/Bahia, Brasil.

## INTRODUÇÃO

As pessoas, instituições, empresas e organizações produzem, ao longo do tempo de suas existências, uma vasta quantidade de informações. Esses grupos, enquanto conjuntos informacionais, são também conhecidos como memória. Nesse sentido, quando são exteriorizadas essas “memórias” por meio dos suportes para registro sem tratamento técnico, sem organização e difusão, ficam em grande parte sujeitas a serem esquecidas.

Por isso, na contemporaneidade, para evitar o esquecimento e garantir a preservação da memória, consagram-se “lugares” com o papel de guardiões dos registros e, conseqüentemente, da memória, nos quais são empreendidos diversos mecanismos de lembrança, recuperação e preservação.

Para Nora (1993, p. 7), “fala-se tanto em memória, porque ela não existe mais”, isto é, não há memória espontânea, e daí nascem os “lugares de memória”, a exemplo dos monumentos, arquivos, bibliotecas, museus, entre outros, incluindo o memorial, nosso objeto de estudo. Para Axt (2012, p. 65), “[...] os memoriais são, assim, na acepção de Pierre Nora, ‘lugares de memória’, ou seja, espaços que brotam para bloquear a ação do esquecimento, fixando um conceito, imortalizando o que pereceu, corporificando o imaterial [...]”.

Segundo Barcellos (1999, p. 1), “existe um ponto frágil: a clara inexistência de uma definição mais consistente de **memorial** como instituição”. Uma fundamentação teórica do conceito de memorial poderá alterar as práticas de determinadas instituições que se autodenominam memorial e realizam práticas de instituições similares tradicionalmente existentes. Isso porque, de fato, a inexistência de critérios teóricos metodológicos, a escassez de estudos sobre o tema e debates sobre o assunto dificultam a caracterização de um memorial.

Segundo Dodebei (2011, p. 2), têm sido discutidos modelos teóricos conceituais de interseção entre lugares tradicionais de memória, como arquivos, bibliotecas e museus, pois “havia uma separação, entre o bem cultural, o bem informacional e o bem documental”. Assim, deixava-se a cultura para os museus, a informação para a biblioteca e os documentos administrativos para os arquivos, mas quando começaram a surgir novos lugares, como os memoriais, esses lugares passaram a ser lugares de memória, de patrimônio, ou seja, “um pouco museus, um

pouco arquivos, um pouco bibliotecas, um pouco espaços de lazer e encontros presenciais” (DODEBEI, 2011, p. 2).

Percebe-se, portanto, o rompimento de um modelo que até então estava bem consolidado nos campos do arquivo, da biblioteca e do museu, isto é, cada dado/informação documental que deveria estar no seu respectivo lugar de forma apartada passou a poder fazer parte de um espaço integrador, híbrido, onde prevalece a informação dita de memória, independentemente da sua origem, suporte e local de guarda, seja de arquivo, de biblioteca e de museu, o que deu lugar a novos lugares, dentre eles, o memorial institucional.

Diante desse cenário, este trabalho tem o objetivo de apresentar os conceitos sobre memorial, buscando definir o que o torna um lugar de memória e identificar as suas diferenças e semelhanças com instituições congêneres de memória, bem como o inter-relacionamento entre documentos de arquivo, biblioteca e museu em um memorial.

Este estudo faz uma abordagem qualitativa de natureza aplicada e caracteriza-se como pesquisa exploratória, que, segundo Gil (2002), tem como objetivo aproximar o pesquisador do objeto, e bibliográfica, a qual é “desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos” (GIL, 2002, p. 44).

## **1 DA MEMÓRIA AOS LUGARES DE MEMÓRIA**

A limitação da memória humana levou o homem a buscar artifícios para evitar o esquecimento. Com efeito, desde muito cedo, o ser humano recorreu à exteriorização da memória; essa exteriorização permitiu a transmissão da memória individual, social e coletiva.

Segundo o historiador francês Jacques Le Goff (2003), nas sociedades sem escrita da Antiguidade, a memória era transmitida pela informalidade, sem que houvesse materialização; havia especialistas da memória, “homens-memória”, mas essa função também era realizada por chefes de família, idosos, sacerdotes, e por meio deles reconhecia-se o importantíssimo papel de manter a coesão do grupo pela memória oral.

Em seguida, o advento da escrita mudou profundamente a forma de transmissão da memória; as “memórias externas”, por meio dos suportes, como as tabuletas de argila, mármore, papiro, pergaminho, entre outros, passaram a assumir esse papel.

No entanto, a escrita acarretou profundas modificações no papel da memória e, portanto, na transmissão do conhecimento. Le Goff (2003) assinala que, no *Fedro*, de Platão (filósofo grego da Antiguidade), segundo a lenda, o deus egípcio Thoth, inventor das letras (alfabeto), apresenta sua invenção ao rei Thamus:

Fazendo isso, o deus transformou a memória, mas contribuiu sem dúvida, mais para enfraquecê-la do que para desenvolvê-la: o alfabeto “engendrará esquecimento nas almas de quem o aprender: estas cessarão de exercitar a memória porque, confiando no que está escrito, chamarão as coisas à mente, não já do seu próprio interior, mas do exterior, através de sinais estranhos. Tudo aquilo que encontraste não é uma receita para a memória, mas para trazer as coisas à mente” (Platão, 275a *apud* Le Goff, 2003, p. 433)

Thamus teria avaliado como problema a invenção de Thoth, o que atualmente é muito bem explicado por Pierre Nora (1993), historiador francês ou historiador da memória, como é conhecido, quando diz que houve o fim das sociedades-memórias, aquelas que asseguravam a conservação e a transmissão dos valores. O autor ainda acrescenta:

Se habitássemos ainda nossa memória, não teríamos necessidade de lhe consagrar lugares. Cada gesto, até o mais cotidiano seria vivido como uma repetição religiosa daquilo que sempre se fez, numa identificação carnal do ato e do sentido. Desde que haja rastro, distância, mediação, não estamos mais dentro da verdadeira memória, mas dentro da história (Nora, 1993, p. 8)

A ausência de rituais faz parecer que não há mais memória e levou à criação dos “lugares de memória” (arquivos, bibliotecas, museus e outros), conceito apresentado por Pierre Nora (1993). Os “lugares de memória”, portanto, foram adotados pelas sociedades para a resolução do problema de perda de memória e, conseqüentemente, perda de identidade de grupos. O referido autor observa:

[...] Valorizando, por natureza, mais o novo do que o antigo, mais o jovem do que o velho, mais o futuro do que o passado. Museus, arquivos, cemitérios e coleções, festas, aniversários, tratados, processos verbais,

monumentos, santuários, associações, são os marcos testemunhais de uma outra era, das ilusões de eternidade. [...] São os rituais de uma sociedade sem ritual; sacralizações passageiras numa sociedade que dessacraliza; fidelidades particulares de uma sociedade que aplaina os particularismos; diferenciações efetivas numa sociedade que nivela por princípio; sinais de reconhecimento e de pertencimento de grupo numa sociedade que só tende a reconhecer indivíduos iguais e idênticos (Nora, 1993, p. 13)

Nora (1993) vê como problema a não naturalidade da memória, de ela ser preservada por instrumentos externos que armazenam e dão sentido, configurando assim uma relação de poder que define o que deve ser mantido, perenizado e o que deve ser esquecido. A memória em “lugares de memória” é o interesse político-social de quem está no poder, uma vez que se seleciona o que deve ser armazenado.

A proliferação de “lugares de memória” ou “instituições de memória” que começou a despontar na sociedade, durante a Antiguidade, configurou-se de tal maneira que o arquivo, a biblioteca e o museu podiam ser uma única instituição, a exemplo do *Mouseion* e da Biblioteca de Alexandria, nos quais, em um mesmo espaço, era possível a guarda de documentos, livros e obras de arte, em um contexto em que não havia divisão de áreas do conhecimento.

Porém, no advento da Idade Contemporânea, surgiu a demanda por mão de obra especializada e, assim, cada área passou a buscar espaço distinto e denominação correspondente à sua própria teoria e prática.

Segundo Tanus e Araújo (2012), a criação dos cursos de arquivologia e biblioteconomia na *École des Chartes* e do curso de museologia na *École du Louvre*, na segunda metade do século XIX, acentuou o caráter individual de cada área e, a partir dessas transformações, outras instituições foram surgindo para relacionar memória-documento-informação.

Com o avanço das áreas da ciência da informação e da tecnologia da informação e comunicação, as instituições passaram a reunir documentação de variada natureza, gênero, formato, espécie e tipologia para compor acervos com maior abrangência.

No bojo dessas transformações, surge o centro de documentação, entre outras instituições, muitas vezes compreendidas sem distinção entre si, a exemplo do centro de memória, do centro cultural e do memorial, nosso objeto de estudo.

## 2 MEMORIAL: UM CONCEITO EM DEFINIÇÃO

Nota-se a inexistência de uma definição do que venha a ser memorial como instituição ou parte de uma instituição. Há uma dificuldade na ciência de nomear conceitos que às vezes são a mesma coisa ou tem uma pequena variação de sentido. Por isso, partimos do pressuposto de que se existe uma palavra, é porque há um desvio de sentido, temos de esclarecer seu significado.

Os primeiros memoriais foram criados nos anos 1950 e estavam ligados ao tema do genocídio de vítimas de guerra, como o *Yad Vashem*, ou Memorial do Holocausto, inaugurado em 1953, em Jerusalém (GUEDES; ISSBERNER, 2017, p. 440).

Na Europa, só no final do século XX foi surgir a patrimonialização de espaços de memória, ligados à II Guerra Mundial e ao Holocausto (GUEDES; ISSBERNER, 2017, p. 440). Daí surgem estudos, segundo os referidos autores, sobre museus memoriais, como o *Memorial Museums: The Global Rush to Commemorate Atrocities*, de 2007, do professor da Universidade de Nova York, dr. Paul Harvey Williams, que considera os memoriais da seguinte forma:

[...] na atualidade se apresentam como um novo lugar de memória, especialmente destinados a lembrar grandes tragédias, momentos traumáticos da humanidade, por isso, são imbuídos de uma determinada interpretação histórica que lhes proporciona um papel social importante (Williams *apud* Guedes; Issberner, 2017, p. 440)

A partir dessa consideração, e baseando-se em Guedes e Issberner (2017), o professor Williams (2007) esclarece que, na Segunda Guerra Mundial, as tragédias humanas tomaram novas proporções, uma vez que as vítimas eram civis, e não somente soldados, o que apontou para a necessidade de uma nova forma de memorialização, culminando na criação dos memoriais.

Nesse sentido, muito mais que mostrar as histórias traumáticas, segundo Williams (*apud* GUEDES; ISSBERNER, 2017, p. 442), os memoriais passaram a funcionar como lugares de sítio, constituídos tanto por histórias oficiais como por histórias pessoais. O autor mencionado considera que o aumento do número de memoriais após a Segunda Guerra Mundial está correlacionado com o direcionamento das grandes narrativas e experiências autoritárias em museus nacionais.

Ainda segundo Williams (*apud* GUEDES; ISSBERNER, 2017, p. 442), em vez de ser imerso em narrativas históricas prontas, os visitantes dos memoriais são solicitados a ter “experiências sensoriais e emocionais em vez de visuais e impessoais” (tradução nossa). Williams também considera que a “experiência nesses espaços possa ser mais fluída, menos hierárquica e mais pessoal” (tradução nossa).

A esse respeito, as autoras Guedes e Issberner (2017, p. 444) observam uma mudança de práticas no processo de musealização que viabilizaram o aparecimento de novas instituições, principalmente quanto aos processos de musealização específicos, como nos memoriais.

Barcellos (1999, p. 1) assinala que no “senso comum, Museu e Memorial são a mesma coisa”. Nesse sentido, ele considera o paradigma da ciência museológica indispensável, mas também insuficiente para o conhecimento da natureza da instituição memorial:

Indispensável, pois trata de formas de organização de prédios, acervo e espaço e pessoal e público a que se destina toda e qualquer coleção de objetos históricos. Insuficiente porque paradoxalmente, a museologia, ciência a quem caberia a questão – não se colocou o problema dos memoriais, ou ao menos a pergunta fundamental “o que é um memorial” como pauta de investigação (Barcellos, 1999, p. 1)

Para Dantas (2014, p. 2), alguns pesquisadores tentam problematizar o conceito de memorial, mas este se refere a uma “tipologia de museu cuja proposta vislumbra a monumentalização de um agente ou grupo específico”.

A questão conceitual é importante, pois caracterizar, ou até mesmo conceituar, o memorial poderá trazer avanços e mudanças em práticas metodológicas de instituições que se autodenominam memoriais e realizam práticas de instituições congêneres de memória, como se nenhuma diferença o fizesse, como o museu, o centro cultural, o arquivo e o centro de memória.

Para resolver essa questão, Barcellos (1999) sugere como ponto de partida a determinação do significado da palavra, de forma a delimitar gradativamente o objeto de estudo e seu campo de atuação, distinguindo-o de seus congêneres. Todavia, o autor observa que esse não é um caminho fácil; por exemplo:



No Dicionário Etimológico Silva Bastos da Língua Portuguesa, de 1928, Memorial significa um pequeno livrinho de lembranças, uma petição escrita. Nele encontramos a primeira indicação das origens etimológicas: vem do latim *memorins*. O *Dicionário Etimológico Ernesto Faria* não indica *memorins*, mas *memoriãlis*, aquilo que ajuda a memória, a partir de citação de Suetônio e Cezar. *Memorialis* é adjetivo, e parece ser o mais preciso, e é distinto do substantivo *memoriola*, referente a memória, presente no *LatinDictionary for Schools*, de Lewis, de 1889, mais ainda, que não precisa exatamente do tipo de memória de que se trata. Koeler, em seu *Pequeno Dicionário Latino-Português*, de 1943, esclarece a questão: *memoriola* é pequena memória, memória fraca (Barcellos, 1999, p. 7)

Tendo isso em vista, Barcellos enfatiza que esse não é o caminho que leva aos sentidos de memorial na sua origem, e continua referindo-se aos demais dicionários:

O *Dicionário Latino Português* de Dirceu Rodrigues, de 1944, a expressão mais próxima de *memorins* de Silva Bastos volta a ser *memorialis*, “que tem relação com o memorial. No plural, *memoriales*, são ditos os secretários, que junto com *libris* – que é associada também à guarda memória – se transforma na expressão *memorialeslibri*, ou simplesmente memoriais, concepção estrita de *registros da memória*. A interpretação de Cretela Jr, em seu *Dicionário Latinoportuguês*, para “*memorialis*” é aquilo “que ajuda a lembrança”. Sua interpretação toma como bases passagens de Suetônio, mas tomada no sentido de substantivo, o sentido é diverso, o de *historiógrafo*, segundo o Código Justiniano. O dicionário de Francisco Antonio de Souza, de 1926, registra *memorialis* – a mesma expressão de Silva Bastos – também como “aquilo que serve a lembrança”, mas me chama a atenção para o derivado *memoráculum*, monumento que lembra (Barcellos, 1999, p. 8)

Barcellos (1999) conclui que a gênese de memorial se encontra em *memorialis*, com os significados de diversos dicionários, os quais confirmam como registro que auxilia a memória, *memorialis* parece revelar uma definição institucional. O autor afirma que o conceito de memorial é uma escritura, uma memória institucional, formal, burocrática — se preferirem —, objeto fundamental de um memorial, seja a memória institucional, qual for. Nesse sentido, Barcellos (1999) exclui, numa interpretação inicial, o memorial como função central da cultura.

Se o conceito de memorial, em sua gênese, admite a via da memória institucional, estamos segundo Barcellos (1999, p. 8), diante de uma definição aproximada de memorial “como lugar permanente que conserva e expõe coleções de objetos de caráter institucional com fins culturais”. Tal concepção se diferencia da definição dada aos museus em Santiago do Chile, em 1973, pois não se trata de uma



instituição a serviço da sociedade, mas de uma instituição a serviço de fins específicos do Estado ou de outra instituição:

Consideram-se museus, para os efeitos desta Lei, as instituições sem fins lucrativos que conservam, investigam, comunicam, interpretam e expõem, para fins de preservação, estudo, pesquisa, educação, contemplação e turismo, conjuntos e coleções de valor histórico, artístico, científico, técnico ou de qualquer outra natureza cultural, abertas ao público, a serviço da sociedade e de seu desenvolvimento (BRASIL, 2009, on-line)

Os memoriais, diferentemente dos museus, atendem a interesses específicos de divulgação, conservação e valorização de uma memória específica de uma determinada instituição (pública, privada, jurídica ou física). Suas semelhanças com museus se dão apenas pela forma. Conforme os estatutos do Conselho Internacional de Museus (ICOM), “assimilam-se aos museus as bibliotecas públicas, e os centros de arquivos que mantêm em permanência salas de exposição” (ICOM *apud* BARCELLOS, 1999, p. 9), portanto, qualquer lugar de memória que obtiver exposição não obrigatoriamente será um museu.

Complementando a discussão, Axt (2012) diz que a palavra “museu” pressupõe a existência de um acervo consolidado e complementa que:

Um museu é constituído quando há um acervo reconhecido, materializado num livro de tomo e contemplado com um conceito de gestão. O memorial, assim, na perspectiva que acolhemos, é uma proposta de lhe dar com a memória sem necessariamente vinculá-la a um acervo, seja objetual, artístico, documental, imagético. O memorial pode, ao longo de sua trajetória, formar um acervo, na medida em que o trabalho avança (Axt, 2012, p. 66)

Embora o memorial tenha características expositivas, inclusive museal, ele não é ancorado num acervo, conforme destaca Axt (2012); ele pode, ao longo da sua existência, formar seu acervo de acordo com a trajetória da instituição, com políticas de memória ou políticas de acervo.

Barcellos (1999) observa que, embora sejam infinitas as definições etimológicas para a palavra memorial, deve-se centrar o eixo do trabalho de um memorial na memória do Estado ou da instituição pública ou privada, jurídica ou

física, ou seja, não cabe ao memorial um acervo diverso da atividade-fim para a qual foi criado, mesmo que algo pudesse ser de interesse geral e da comunidade.

Na tentativa de categorizar os memoriais, e à falta de discussão do assunto pela museologia, como já sinalizado por Barcellos (1999), o Conselho Internacional de Museus implementou, em 2001, o Comitê Internacional de Museus Memoriais (ICMEMO). Esse Conselho conceituou memoriais como instituições que desenvolvem a função de museus, com a finalidade de homenagear as vítimas do Estado e salvaguardar os direitos humanos básicos (ICOM/ICMEMO, 2001).

Assim, o crítico do termo memorial, Paul Williams (2007), professor da Universidade de Nova York, reconhece que o termo representa um tipo específico de museu, dedicado a um evento histórico que comemora o sofrimento em massa de algum tipo. E complementa que os memoriais funcionam como lugares de sítio, construídos tanto por histórias oficiais como por histórias pessoais.

Segundo Barcellos (1999), os memoriais estão em todas as partes. No Brasil, os memoriais não têm somente a finalidade de homenagear as vítimas do Estado e salvaguardar os direitos humanos básicos, mas também inclui diversas realidades, com a função de homenagear qualquer tipo de personalidade, assemelhando-se aos museus; com o perfil agregativo, assemelhando-se aos centros culturais; e com o perfil institucional/organizacional, assemelhando aos arquivos e aos centros de memória.

## 2.1 MEMORIAL DE HOMENAGEM

Os memoriais mais comuns espalhados pelo mundo e pelo Brasil são os de homenagens a combatentes, celebridades, políticos, ou seja, personalidades. Segundo Barcellos (1999), esses memoriais:

Possuem o formato de museus, nos termos do Conselho Internacional de Museus e similares, “enquanto instituição permanente que conserva e expõe coleções de objetos de caráter cultural”, mas são denominados memoriais como se nenhuma diferença isto fizesse (Barcellos, 1999, p. 2)

A formatação de museu dos memoriais de homenagem é reflexo de uma roupagem de âmbito museológico, no entanto esse modelo tem características

próprias; esses memoriais podem ser parte de um museu ou serem totalmente voltados ao homenageado.

Uma característica desse tipo de memorial é de, além de manter o acervo biográfico e temático voltado aos homenageados, comportar mausoléus para guarda dos restos mortais das personalidades. Um exemplo de memorial desse tipo é o Memorial da Princesa Diana, localizado na Althorp House, a 120 km de Londres; Althorp é uma imensa propriedade que pertence à família de Diana, a família Spencer, uma das famílias da aristocracia britânica. Diana passou sua infância na residência e está enterrada nos jardins da propriedade.

A compreensão de memorial está também para além das paredes, o Memorial dos Sapatos, localizado às margens do Rio Danúbio, em Budapeste, Hungria, mostra isso. Os monumentos com 60 pares de sapatos, fundidos em ferro e enferrujados, virou um memorial para lembrar as vítimas do Holocausto, que, antes de serem fuziladas, tinham de tirar os sapatos, considerados artigo de luxo à época.

Portanto, percebe-se que esses novos formatos de lugares propiciam ao visitante uma nova forma de memória, por meio da sensibilização e da experiência de estar num local que remete à vida do homenageado, em oposição a museus, nos quais as experiências são mais hierárquicas e impessoais.

## 2.2 MEMORIAL AGREGATIVO

Outra realidade de memorial são os que têm perfis agregativos. Embora recebam o nome de memorial, são lugares que abarcam diversas atividades culturais existentes, como músicas, artes plásticas, teatro, convenções; segundo Barcellos (1999), na realidade, eles apresentam características bem semelhantes às dos centros culturais.

De acordo com Ramos (2007), os centros culturais são locais destinados a várias expressões artísticas e culturais. Eles surgiram da necessidade de um modelo alternativo que aglutinasse criação, reflexão e disseminação de bens culturais, portanto devem propiciar o encontro criativo entre as pessoas e não têm a necessidade de produzir conteúdo, ou seja, são receptores de conteúdo.

Assim, semelhantemente a esse modelo de centro cultural, o mais conhecido memorial agregativo é o Memorial da América Latina em São Paulo, embora existam inúmeros outros espalhados pelo país. O problema em questão nesse formato de memorial está no fato de ser um espaço onde podem ocorrer atividades de todos os tipos, as quais, na maioria das vezes, não têm relação com a temática do memorial, visto que, como já falamos aqui, não cabe ao memorial um acervo diverso da atividade-fim para a qual foi criado.

### 2.3 MEMORIAL INSTITUCIONAL OU ORGANIZACIONAL

A terceira realidade observada é o memorial com perfil institucional ou organizacional, ligado a uma instituição ou organização pública ou privada. Ele tem como objetivo a seleção e a contemplação da memória institucional, funciona como um equipamento político, de promoção e de difusão institucional.

Para Thiesen (2013), o conceito de memória institucional e de memória organizacional se misturam, pois, toda memória é institucional; a referida autora define da seguinte forma:

[...] memória institucional é tudo aquilo que as instituições definem como relevante para a sua memória. É a sua verdade, o que deve ser selecionado, preservado e recuperado, bem como aquilo que deve permanecer em silêncio, esquecido ou guardado em segredo (Thiesen, 2013, p.50-51)

Assim, as instituições lançam mão dos lugares de memória, em especial, o memorial, que, sem conceituação definida, é criado a critério de cada empresa com o intuito de preservar a memória institucional. Normalmente o memorial institucional é criado em momentos de comemoração, quando a organização faz aniversário, mas pode ser usado para o benefício da instituição, de forma comercial, como estratégia de marketing,

Em alguns casos, é o momento em que as massas documentais acumuladas (MDA) são organizadas e se tornam unidades de informação voltadas ao passado da instituição, como forma de preservar sua trajetória, portanto tomam sentido de arquivo histórico, como se fossem sinônimos também.

Por outro lado, o memorial institucional não pode ser confundido com o arquivo da instituição, pois, na maioria das vezes, sua composição passa por um processo de seleção que não é arquivística. A documentação é escolhida de acordo com o que a entidade compreende ou deseja que se compreenda como a “representação” da organização, e isso faz com que o memorial não possua somente documentos orgânicos, autênticos e acumulados naturalmente, características próprias do documento de arquivo.

A realidade presente nas instituições e organizações é a justificativa mais predominante para a alternância da nomenclatura dos termos memorial e centro de memória, como se fossem sinônimos. Segundo Pazin-Vitoriano (2019, p. 92), “um Centro de Memória não é um memorial, no sentido de um local de celebração do passado”; por mais que ele possa ter conteúdos com essa finalidade, ele “não pode ser estático e nem deve estar voltado à monumentalização do passado”.

A monumentalização do passado faz com que os lugares de memória sejam montados com uma roupagem definida sob um dado ponto de vista, sem abertura para análises e desconstruções. A autora complementa com o seguinte conceito em artigo publicado na página web do Itaú Cultural:

Um centro de memória é uma área, setor ou unidade — dentro de cada instituição — que tem como objetivo reunir, organizar, conservar e produzir conteúdo a partir da memória institucional, presente tanto na documentação histórica da organização quanto na memória de seus colaboradores e de outros atores relacionados à vida institucional (Pazin, 2015, on-line)

Por outro lado, um centro de memória que seja apenas uma efeméride, que se resume a uma linha do tempo, um livro de memória, uma exposição e alguns depoimentos não é um centro de memória, o que não o faz deixar de ser um instrumento importante, contudo um projeto de memória institucional não pode ser assim reduzido.

### **3 MEMORIAL E A TEORIA SISTÊMICA**

O fato de o memorial ter como característica o acervo híbrido composto de documentação de arquivo, biblioteca e museu coloca-nos diante de uma unidade de

informação diferente. Por essa razão, seu acervo não pode ser tratado como se tudo estivesse no mesmo plano. Os memoriais que vão armazenar documentos de procedência variada precisam ter tratamento também variado para fazer com que os diferentes elementos do acervo convivam sem nenhum ruído para seu sentido pleno.

Quanto à aplicação dos princípios teórico-práticos dos vários campos do saber — Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia — na organização de lugares de memória como o memorial, consideramos que, como pontua Araújo (2014, p. 152), o foco deve estar voltado mais ao desenvolvimento dos vários pontos e aspectos que essas áreas têm em comum, em vez de se reforçar a construção de fronteiras e limites entre essas áreas.

Por outro lado, levando em conta que todas essas disciplinas têm o mesmo objetivo de organizar as informações contidas nos documentos para possibilitar a sua recuperação e difusão, compreender essas áreas por meio da teoria sistêmica faz todo o sentido para projetos de memória institucional.

Por isso, tomamos como referência a teoria dos sistemas de Luhmann (2006). De acordo com sua teoria, podemos tratar o memorial como um sistema, assim como o são o arquivo, a biblioteca, o museu e o centro de documentação.

Segundo Araújo (2018, p. 67), *sistema* é um termo muito utilizado no cotidiano dos indivíduos para designar algo relacionado com organização e, particularmente, com tudo que esteja ligado aos “serviços informáticos”. Por outro lado, Houaiss e Villar (2009, p. 1754) dizem que sistema é o “conjunto de elementos, concretos e abstratos, intelectualmente organizados”. Robredo (2003, p. 106-107), por sua vez, nas suas análises sobre a ciência da informação e os sistemas humanos de informação, define sistema como “conjunto que funciona como um todo em virtude da interação de suas partes ou, mais simplesmente um ‘pacote’ de relações”.

Enfim, vale ressaltar que essas definições são oriundas da teoria geral dos sistemas, idealizada pelo biólogo alemão Ludwig Von Bertalanffy, introduzida no ano de 1968, para entender aspectos relacionados com a classificação biológica. Embora essa teoria tenha sido generalista, ela se aplica a diferentes realidades, tornando possível o pensamento sistêmico, independentemente da área em questão. Segundo Kunzler (2004, p. 123-124), “essa generalidade contraria o tradicional

pensamento acadêmico, que não acredita que uma única teoria possa de modo eficaz, analisar diferentes esferas sociais”. Porém, Luhmann (2006) acreditava, e a sua teoria pretendia ser universal, abarcando tudo que existe.

Luhmann (2006) preocupou-se com a complexidade do mundo e a sua teoria sistêmica propõe a redução de complexidades, de modo a abandonar a perspectiva tradicional do todo constituído por partes e introduzir uma referência explícita ao ambiente:

A noção de ambiente não implica somente que algo mais existe fora do sistema em estudo. Não se trata de distinguir entre aqui e em qualquer outro sítio. A nova tese, em vez disso, propõe o seguinte: as estruturas e processos de um sistema só são possíveis em relação a um ambiente, e só podem ser entendidas e estudadas nesta relação. Assim é, pois só por referência a um ambiente é possível distinguir (num sistema dado) algumas funções como um elemento e outras funções como uma relação entre elementos. Exagerando um pouco, podemos até dizer que um sistema é a sua relação com o seu ambiente ou que é a diferença entre sistema e ambiente (Luhmann, 2006, p. 99-100)

O ambiente pode ser compreendido como a particularidade que envolve e influencia o sistema. Todo ambiente apresenta para o sistema inúmeras possibilidades, por isso o sistema seleciona algumas dessas possibilidades que lhe dão sentido de acordo com as atividades que desempenha o que torna o ambiente menos complexo para esse sistema.

Segundo Kunzler (2004, p. 125), “o sistema não tem uma estrutura imutável que enfrenta um ambiente complexo. É condição para esse enfrentamento que o próprio sistema se transforme internamente, criando subsistemas”, onde cada subsistema gerado dentro do sistema tem seu próprio entorno. Para Luhmann (2006), “sistema é a relação com seu ambiente” e ele se organiza de forma hierárquica com subsistemas que interagem entre si. Em Luhmann, a complexidade está no exterior do sistema.

Considerando a classificação da teoria sistêmica Luhmanniana, o memorial é um sistema social, assim como os arquivos, as bibliotecas e os museus. A Figura 1 ilustra essa abordagem.



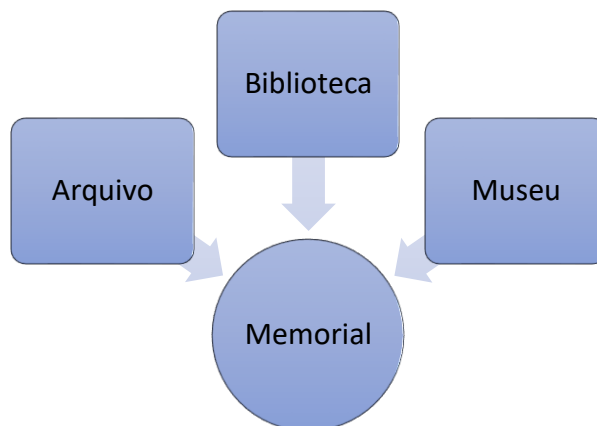


Figura 1 — Memorial como sistema e seus subsistemas. (Elaborado pelo autor).

O sistema social memorial no círculo central, segundo a teoria sistêmica de Luhmann, é uma auto diferenciação dos sistemas sociais arquivo, biblioteca, museu, pois é um sistema com novas funcionalidades; o entorno são os sistemas sociais tradicionais de arquivo, biblioteca e museu, que, no caso do memorial, são subsistemas nos quais devem ocorrer integração e compartilhamento mesmo em ambientes diferentes. Os acervos não estão juntos fisicamente, mas possuem vínculos.

O grande equívoco que ocorre na implementação de memoriais é quando se quer ignorar a criação ou existência dos lugares tradicionais de memória e tratar todos os tipos documentais como se estivessem no mesmo plano de conhecimento e técnica, por isso é conveniente distingui-los mediante o tratamento que cada ciência dá aos documentos.

Um memorial vai estar na sintonia de memória, mas se deve recorrer às ferramentas metodológicas da arquivologia, da biblioteconomia e da museologia, além de outras áreas como a história, a ciência da informação e as tecnologias da informação e comunicação (TICs), para garantir a credibilidade das ações. Segundo Luhmann (2006, p. 113), pensar um alto grau de autonomia para os subsistemas torna-se imperioso, uma vez que as necessidades completamente heterogêneas que eles demandam só podem ser satisfeitas em domínios sociais separados:

[...] Em todos os sistemas diferenciados cada subsistema tem só três referências de sistemas: a sua relação com o sistema circundante global, a sua relação com os outros subsistemas e a sua relação consigo próprio. [...] (Luhmann, 2006, p. 112)

Portanto, um sistema não pode ser autossuficiente no universo da sociedade. Da mesma forma, um memorial também não deve ser autossuficiente, pois precisa interagir com os subsistemas de arquivo, biblioteca e museu. É fundamental haver interoperabilidade de sistemas para ocorrer recuperação de informações e, conseqüentemente, de memórias sem que haja fragmentação de acervos.

No caso do memorial ser um local de sítio, setor ou instituição que recebe documentos orgânicos e não orgânicos, ele deve ser considerado, segundo o pensamento sistêmico, um “*supersistema*” formado por outros sistemas (MELLA *apud* SILVA, 2015, p. 114).

Diante de eventuais problemas conceituais que segmentam documentos de arquivo, biblioteca e museu em bases de dados, devemos contar com as tecnologias da informação e comunicação, evitando a não delimitação do conjunto documental e informacional de um memorial em fundos (arquivo) e coleções (biblioteca e museu). Sugerem-se, assim, metadados que integrem as três áreas, a exemplo do uso do metadado acervo, que costuma designar um conjunto geral, com corpo mais amplo, muitas vezes constituído de vários documentos, que podem ser fundos e coleções.

Portanto, conforme afirma Bellotto (2006, p. 274), “a memória é um conjunto de informações e/ou documentos, orgânicos ou não”, ou seja, falar de memorial é falar da memória, um sistema híbrido, que deve possuir ferramentas que integrem documentos e informações por meio de metadados que contenham dados para descrição e catalogação conforme as três áreas (arquivologia, biblioteconomia e museologia), fazendo com que a informação esteja captada, o documento identificado, localizado e disponível para o público.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Fica evidente que os lugares de memória, como o memorial, são nutridos por lugares tradicionais de memória (arquivo, biblioteca e museu) e, por isso, não devem ser exclusivos de determinados conhecimentos técnicos; são necessários conhecimentos híbridos, multidisciplinares, interdisciplinares e transdisciplinares (MIT) e compartilhamento dos processos e sistemas.

Esse é um grande desafio para as ciências sociais aplicadas e a ciência da informação, pois esses novos lugares possibilitam o debate e a construção de novas e integradas metodologias para o tratamento da informação. Acolher novos conhecimentos MIT disciplinares, na teoria, aparentemente é mais tranquilo, mas, na prática, não é fácil, pois não se trata apenas de um desafio profissional, mas também de um desafio acadêmico e institucional, uma vez que força as instituições a reverem seus instrumentos de tratamento da informação.

Por isso, Duarte (2006, p. 148) afirma que os profissionais da informação devem estar preparados para a era pós-custodial, que não deprecie seu papel como guardiões de documentos, mas “devem transcender seu papel de custódios, se desejam sobreviver como profissionais neste século”. Em outras palavras, as escolas de formação têm de adaptar seus currículos e os profissionais têm de buscar formação continuada para elaborar, acompanhar e implementar projetos de produção, disseminação da informação e de memória.

Todavia, um programa de memória institucional sem políticas de memória, sem políticas de acervo, sem fontes confiáveis, sem sistemas interoperados, sem critérios teóricos metodológicos, não consegue alcançar seu papel, torna-se instrumento estático, comemorativo, promocional e até mesmo supérfluo. Isso não impede que os memoriais sejam instrumentos promocionais também, pois são uma forma importante de disseminar reputação, atingir novos públicos, passam a ser mais uma ferramenta de comunicação da instituição com a sociedade.

Com efeito, esses conjuntos documentais e informacionais gerados e mantidos por uma sociedade transcendem naturezas funcionais e legais e alcançam um sentido testemunhal e transmutacional em dados de memória. Por isso, arquivo, biblioteca e museu possuem as matérias-primas para a memória individual, social e coletiva, e o memorial jamais pode ser considerado concorrente dos lugares tradicionais de memória e sim um potencializador da difusão e do uso desses conjuntos informacionais.

## REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. *Arquivologia, biblioteconomia, museologia e ciência da informação: o diálogo possível*. Brasília: Briquet de Lemos, 2014.

AXT, Gunter. A função social de um memorial: a experiência com memória e história no Ministério Público. *Métis: história e cultura*, Caxias do Sul, v.12, n. 24, p. 64-89, jul./dez. 2012.

BARCELLOS, Jorge. O memorial como instituição no sistema de museus: conceitos e práticas de um conteúdo. In: FÓRUM ESTADUAL DE MUSEUS, 1999, Porto Alegre. *Anais [...]*. Porto Alegre, 1999.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. *Arquivos permanentes: tratamento documental*. 4. ed. revista e ampliada. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2006.

BRASIL. Lei nº 11.904, de 14 de janeiro de 2009. Institui o Estatuto de Museus e dá outras providências. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 14 jan. 2009. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2009/Lei/L11904.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L11904.htm). Acesso em: 4 set. 2019.

DANTAS, Rafael Jesus da. O que é que a baiana tem? O memorial das baianas do acarajé de Salvador/BA e a “batalha” das memórias. In: ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA DA ANPUH-RIO: SABERES E PRÁTICAS CIENTÍFICAS, 16., 2014, Rio de Janeiro. *Anais[...]*. Acesso em: 4 set. 2019.

DODEBEI, Vera. Cultura digital: novo sentido e significado de documento para a memória social? *DataGramaZero: Revista de Ciência da Informação*, Rio de Janeiro, v. 12, n. 3, abr. 2011.

DUARTE, Zeny. Arquivo e arquivista: conceituação e perfil profissional. *Revista da Faculdade de Letras: Ciências e Técnicas do Patrimônio*. Porto, I Série, vol. V-VI, p. 141-151, 2006.

GIL, Antônio Carlos. *Como Elaborar Projetos de Pesquisa*. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002. 175 p.

GUEDES, Sandra Paschoal Leite de Camargo; ISSBERNER, Gina Esther. O memorial de imigração polonesa em Curitiba: dinâmicas culturais e interesses políticos no âmbito memorialista. *An. mus. Paul. (online)*, [S. I.], v.25, n.1, pp.427-455, 2017.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. Tradução Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro, 2003.

HOUAISS, Antonio; VILLAR, Mauro de Salles. *Dicionário Houaiss da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.

ICOM/ICMEMO. *Rules of the International Committee of Memorial Museums for the remembrance of victims of public crimes*. 2001. Disponível em: <https://icom.museum/en/committee/international-committee-for-memorial-museums-in-remembrance-of-the-victims-of-public-crimes/>. Acesso em: 4 set. 2019.

KUNZLER, Caroline de Moraes. A teoria dos sistemas de Niklas Luhmann. *Estudos de Sociologia*, Araraquara, n. 16, 2004. Disponível em: <https://doaj.org/article/e8ff92c668c7423cbb5b43916f4e6dc7>. Acesso em: 8 Jul. 2019.

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Campinas: Unicamp, 2003.

LUHMANN, Niklas. *A improbabilidade da comunicação*. Lisboa: Vega, 2006.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Projeto História*, São Paulo, n. 10, 1993.

PAZIN, Márcia Cristina de Carvalho. A importância dos centros de memória para as instituições e para a sociedade. *Itaú Cultural*. [S. I.], 18 ago. 2015. Disponível em: <https://www.itaucultural.org.br/a-importancia-dos-centros-de-memoria-para-as-instituicoes-e-para-a-sociedade>. Acesso em: 3 mar. 2021.

PAZIN-VITORIANO, Márcia Cristina de Carvalho. Centros de memória como estratégia de preservação e acesso à informação retrospectiva. *Revista do Arquivo*, São Paulo, ano V, n. 9, p. 87-102, out. 2019.

RAMOS, Luciene Borges. *O centro cultural como equipamento disseminador de informação: um estudo sobre a ação do Galpão Cine Horto*. 2007. 243 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) — Escola de Ciência da Informação, Universidade federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2007. Disponível em: [https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/VALA-74QJRP/1/mestrado\\_\\_\\_luciene\\_borges\\_ramos.pdf](https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/VALA-74QJRP/1/mestrado___luciene_borges_ramos.pdf). Acesso em: 13 jul. 2020.

SILVA, Armando Malheiro. Arquivo, biblioteca, museu, sistema de informação em busca da clarificação possível...*Cadernos BAD*, [Portugal], n. 1, p. 103-124, 2015. Disponível em: <https://www.bad.pt/publicacoes/index.php/cadernos/article/view/1482>. Acesso em: 3 mar. 2021.

TANUS, Gabrielle Francinne de Souza Carvalho; ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. Proximidades conceituais entre arquivologia, biblioteconomia, museologia e ciência da informação. *Biblionline*, João Pessoa, v. 8, n. 2, p. 27-36, 2012. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/16146>. Acesso em: 18 abr. 2019.

THIESEN, I. *Memória institucional*. João Pessoa: UFPB, 2013.